

RESUMO

O presente estudo analisa as dinâmicas de visualidade e socialidade urbanas na cidade de Quelimane, Moçambique, com foco em câmeras de vigilância, policiamento, arte pública, ordenamento urbano e tecnologias de poder. O objetivo principal é compreender como essas práticas moldam o comportamento social, a percepção de segurança e o uso dos espaços públicos. Adotou-se uma abordagem qualitativa, baseada em análise documental e uso de bibliografias a partir de artigos científicos e livros eletrônicos. Os resultados revelam que a presença de câmeras e estratégias de policiamento contribui para a regulação do comportamento urbano, enquanto a arte pública atua como elemento de engajamento social e construção de identidade coletiva. O ordenamento urbano e as tecnologias de poder, por sua vez, estruturam o espaço de maneira a gerar visibilidade seletiva, influenciando interações sociais e relações de poder. Conclui-se que a urbanização em Quelimane é marcada por uma tensão entre controle e expressão social, evidenciando a necessidade de políticas que promovam segurança e participação cidadã de forma equilibrada.

Palavras-chave: Visualidade urbana. Socialidade. Câmeras de vigilância. Arte pública.

Urban visibility and sociality in Mozambique: cameras, policing, public art, urban planning, and technologies of power in the case of the city of Quelimane

ABSTRACT

The present study analyzes the dynamics of urban visibility and sociality in the city of Quelimane, Mozambique, focusing on surveillance cameras, policing, public art, urban planning, and technologies of power. The main objective is to understand how these practices shape social behavior, the perception of security, and the use of public spaces. A qualitative approach was adopted, based on documentary analysis and the use of bibliographic sources from scientific articles and electronic books. The results reveal that the presence of cameras and policing strategies contributes to the regulation of urban behavior, while public art acts as an element of social engagement and the construction of collective identity. Urban planning and technologies of power, in turn, structure space in a way that produces selective visibility, influencing social interactions and power relations. It is concluded that urbanization in Quelimane is marked by a tension between control and social expression, highlighting the need for policies that promote security and citizen participation in a balanced manner.

Keywords: Urban visibility. Sociality. Surveillance cameras. Public art.

Introdução

A crescente incorporação de dispositivos tecnológicos, práticas de policiamento, intervenções de arte pública e políticas de ordenamento urbano tem redefinido de forma significativa a visibilidade e a socialidade nas cidades contemporâneas, especialmente no contexto do Sul Global. Em Moçambique, essas transformações manifestam-se de maneira particularmente evidente em cidades médias como Quelimane, onde a expansão urbana acelerada, a informalidade territorial, as desigualdades socioespaciais e as limitações institucionais produzem novos regimes de visibilidade, controlo e governação do espaço urbano. A introdução de câmeras de vigilância, o reforço do policiamento, a presença seletiva da arte pública e a implementação de dispositivos normativos de ordenamento urbano configuram um conjunto de tecnologias de poder que atuam simultaneamente sobre os corpos, os territórios e as subjetividades, moldando práticas de circulação, pertença e exclusão no espaço citadino. Estudos recentes indicam que tais tecnologias não se limitam a responder a problemas de segurança ou organização urbana, mas produzem sentidos sociais, redefinem sociabilidades e reorganizam as relações de poder nas cidades moçambicanas contemporâneas, revelando processos complexos de mediação entre Estado, tecnologia e vida quotidiana (Chichava; Mandlate, 2021; Matsinhe; Valoi, 2021).

No caso específico da cidade de Quelimane, essas dinâmicas assumem contornos singulares, marcados pela coexistência entre práticas modernas de governação urbana e formas comunitárias tradicionais de regulação social. A cidade tem assistido à crescente utilização de sistemas de monitoramento eletrônico, à intensificação de estratégias de policiamento urbano, à realização de intervenções simbólicas no espaço público por meio da arte e à tentativa de implementação de instrumentos formais de ordenamento territorial. Embora frequentemente legitimadas por discursos de modernização, segurança e desenvolvimento urbano, essas práticas revelam tensões profundas entre inclusão e exclusão, visibilidade e invisibilidade, controlo e cidadania. Pesquisas recentes demonstram que, em cidades africanas de porte intermédio, as tecnologias urbanas tendem a operar de forma seletiva, reforçando desigualdades históricas e produzindo regimes diferenciados de vigilância

e presença estatal, nos quais determinados territórios e grupos sociais se tornam alvos privilegiados do controlo urbano (Morier-Genoud, 2019; Munguambe, 2023).

Diante desse cenário, o problema central que orienta este estudo reside na forma como as tecnologias de poder mediadas pela visibilidade urbana se articulam na produção da ordem social e simbólica em Quelimane. Questiona-se de que modo câmeras de vigilância, práticas de policiamento, arte pública e políticas de ordenamento urbano funcionam como dispositivos de mediação da visibilidade e de exercício do poder, e quais são os seus impactos sobre a sociabilidade urbana, a experiência quotidiana da cidade e a construção da cidadania? Parte-se do pressuposto de que esses dispositivos não são neutros, mas operam como tecnologias políticas que organizam o espaço urbano segundo lógicas seletivas, produzindo visibilidades reguladas, hierarquização dos territórios e diferenciação das formas de pertença social (Chichava; Mandlate, 2021; Matsinhe; Valoi, 2021).

O objetivo geral da pesquisa consiste em analisar criticamente as relações entre visibilidade urbana, socialidade e tecnologia de poder no contexto da cidade de Quelimane, considerando a articulação entre vigilância, policiamento, arte pública e ordenamento urbano. De forma específica, busca-se compreender o papel das câmeras de vigilância na regulação dos comportamentos urbanos, analisar o policiamento como dispositivo de controlo e produção da ordem social, examinar a arte pública enquanto elemento de produção simbólica e mediação visual, e avaliar as políticas de ordenamento urbano como instrumentos de governação do espaço. Pretende-se ainda identificar como esses diferentes dispositivos interagem entre si e produzem efeitos diferenciados sobre grupos sociais, territórios urbanos e formas de sociabilidade, contribuindo para a reprodução ou contestação das desigualdades urbanas (Munguambe, 2023; Tomé, 2022).

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, fundamentada na revisão bibliográfica de produções científicas recentes, com destaque para autores publicados entre 2021 e 2024, na análise documental de políticas urbanas, regulamentos municipais e discursos institucionais, bem como na observação analítica do espaço urbano de Quelimane enquanto campo empírico. Essa estratégia metodológica permite articular dimensões teóricas e empíricas, captando tanto os dispositivos formais de governação quanto as práticas quotidianas de apropriação, resistência e negociação do espaço urbano. Contribuições de autores como Chichava e Mandlate

(2021), Matsinhe e Valoi (2021), Chopera (2021), Morier-Genoud (2019), Munguambe (2023), Tomé (2022), Nhantumbo (2019) e Rocha e Silva (2020) oferecem suporte analítico para compreender a complexidade das relações entre poder, tecnologia, visibilidade e urbanidade no contexto moçambicano contemporâneo.

A relevância do estudo justifica-se pela necessidade de aprofundar o debate acadêmico sobre governação urbana, visibilidade e tecnologia de poder em cidades moçambicanas fora do eixo metropolitano, frequentemente sub-representadas na produção científica. Ao centrar-se em Quelimane, o trabalho contribui para ampliar a compreensão sobre como tecnologias urbanas de alcance global são apropriadas, reinterpretadas e negociadas em contextos locais específicos, evidenciando dinâmicas particulares de controlo, resistência e produção simbólica do espaço urbano. Além disso, o estudo oferece subsídios teóricos e empíricos para a reflexão crítica sobre políticas de segurança, ordenamento urbano e cultura visual, apontando para a necessidade de modelos de governação mais inclusivos, éticos e sensíveis às realidades sociais e culturais das cidades moçambicanas.

O artigo organiza-se, após esta introdução, em uma discussão teórica sobre visibilidade urbana, tecnologias de poder e governação do espaço, seguida por uma análise das câmeras de vigilância e do policiamento urbano na cidade de Quelimane. Posteriormente, examina-se a arte pública e o ordenamento urbano enquanto dispositivos de produção simbólica e regulação social, avançando para uma reflexão integrada sobre a mediação da visibilidade e o exercício do poder no espaço urbano. Por fim, apresentam-se as considerações finais, nas quais são sintetizados os principais resultados e discutidas as implicações do estudo para o debate sobre urbanidade, cidadania e governação em Moçambique.

Câmaras de vigilância e monitoramento urbano

O uso de câmeras de vigilância no espaço urbano consolidou-se como uma das principais estratégias de monitoramento e controle nas cidades contemporâneas, estando frequentemente associado a políticas de segurança pública e gestão urbana. Segundo Foucault (1975), a vigilância opera como tecnologia disciplinar, produzindo novas formas de visibilidade e controle. No contexto brasileiro, Caldeira (2011) destaca que o espaço urbano segregado reflete não apenas desigualdades sociais,

mas também mecanismos de controle que permeiam a vida cotidiana. Marques (2019) e Melgaço (2012) reforçam que as práticas de vigilância urbana impactam diretamente a produção do espaço e a experiência dos cidadãos nas cidades brasileiras. Fernandes (2023) e Cano (2020) discutem ainda os desafios da videovigilância na segurança pública, apontando questões éticas, legais e sociais relacionadas à implementação dessas tecnologias.

Em Moçambique, a adoção de câmeras de vigilância também vem ganhando espaço como instrumento de gestão urbana e segurança pública. Bila (2020), Nhantumbo (2018) e Munguambe (2023) ressaltam a importância da governança urbana e da inteligência estratégica na utilização desses dispositivos, enquanto Franze e Maloa (2022) apresentam evidências de sua aplicação prática e dos desafios associados ao contexto local. A Escola Profissional de Moçambique (EPM, 2024) estabelece políticas formais de uso de CCTV, reforçando a regulamentação institucional da vigilância.

No continente africano, Balogun (2020), Nyabola (2018) e Omotoso (2019) discutem a relação entre cidades inteligentes, tecnologia e vigilância digital, evidenciando tanto os potenciais benefícios quanto os riscos associados ao monitoramento urbano em diferentes contextos africanos. Chabal e Daloz (1999) mostram ainda que a desordem pode ser utilizada como instrumento político, o que torna a regulamentação da vigilância um elemento crítico para a estabilidade urbana. O South African Institute of International Affairs (SAIIA, 2021) apresenta o caso da iniciativa “Safe City” em Joanesburgo, demonstrando a implementação prática de políticas de monitoramento urbano em escala metropolitana.

Para Pedro (2019), os dispositivos de vigilância contribuem para a produção simbólica do espaço urbano, refletindo as relações de poder e controle na cidade. Hoctor (2005) e Fernandes (2023) acrescentam que, apesar das vantagens em termos de segurança, a regulamentação e a transparência são essenciais para evitar abusos e proteger os direitos dos cidadãos.

Policiamento e regulação da sociedade urbana

O policiamento urbano em Moçambique, em particular na cidade de Quelimane, constitui um dispositivo central na produção da ordem social e na regulação da vida

citadina, articulando práticas de vigilância, disciplina e governação que moldam a experiência urbana. Inspirado na noção foucaultiana de poder disciplinar, o policiamento não se limita ao exercício da força, mas opera através da produção de subjetividades, da organização de fluxos e da definição de regimes de visibilidade que determinam quem pode circular, permanecer ou ser removido de determinados espaços urbanos (Foucault, 1987). Nas cidades moçambicanas, essas dinâmicas articulam-se às marcas históricas do colonialismo e às transformações socioeconômicas que caracterizam o período pós-independência.

A administração colonial portuguesa estruturou sistemas de controlo baseados na segregação urbana, racionalização do espaço e vigilância constante, como demonstram Adam (2006) e Castelo (2010). Tais racionalidades de governo não desapareceram com a independência, permanecendo inscritas nas práticas estatais de controlo e nos modos como a polícia se relaciona com diferentes territórios e grupos sociais. Macamo (2012) e Meneses (2015) observam que essas continuidades revelam tensões entre projetos modernos de Estado e lógicas tradicionais de organização social, produzindo uma governação urbana híbrida e, por vezes, contraditória.

A selectividade do policiamento é evidente na distribuição desigual da presença e da atuação policial nos territórios urbanos. Áreas centrais e zonas de elite beneficiam-se de maior vigilância e tecnologias de monitoramento, enquanto bairros periféricos permanecem marcados pela ausência do Estado, pela precariedade infraestrutural e por intervenções policiais frequentemente orientadas para o controlo e não para a proteção. Siteo (2013), Forquilha (2018) e Matavele (2020) destacam que a urbanização desigual em Moçambique amplia tensões entre polícias, moradores e autoridades locais, reforçando desigualdades históricas.

Os discursos públicos sobre criminalidade e insegurança desempenham papel decisivo na legitimação dessas práticas seletivas. A mídia frequentemente representa jovens suburbanos como potenciais agentes de desordem, reforçando estereótipos que influenciam diretamente estratégias de policiamento. Estudos de Nhantumbo (2017) e Bate (2020) mostram como essas representações criam categorias de perigo que tornam certos corpos e territórios alvos privilegiados da vigilância policial. Harber (2011) argumenta que tais narrativas são fundamentais para compreender como se constrói a percepção de risco e como se legitimam práticas de controlo urbano.

Em paralelo ao policiamento estatal formal, coexistem em Moçambique formas comunitárias de mediação e resolução de conflitos. Araújo (2019), Fumo (2011) e Casimiro (2015) demonstram que lideranças tradicionais, chefes de quarteirão e estruturas locais continuam a desempenhar papel ativo na gestão urbana, constituindo dispositivos de poder que operam segundo lógicas próprias. Essa coexistência revela que a regulação da sociedade urbana moçambicana é multidimensional, envolvendo diferentes atores, racionalidades e formas de autoridade.

As recentes reformas do setor de segurança procuram modernizar as forças policiais por meio de tecnologias como câmeras de vigilância, sistemas biométricos e plataformas digitais. Munguambe (2023) sublinha, contudo, que esses avanços enfrentam limitações estruturais, incluindo formação insuficiente, dificuldades logísticas e falta de financiamento. Ao mesmo tempo, Mbembe (2011) alerta para o risco de que tais tecnologias intensifiquem desigualdades, instaurando regimes de vigilância seletiva que expõem determinados grupos a níveis desproporcionais de controlo estatal.

A produção do espaço urbano em Moçambique, conforme analisam Serra (2008) e Brito (2014), está profundamente ligada às relações de poder que organizam os modos de vida e distribuem recursos, oportunidades e riscos. O policiamento faz parte desse ecossistema político de regulação e governação, influenciando diretamente as condições de habitabilidade, mobilidade e pertença na cidade. A segurança urbana, nesse sentido, não pode ser entendida apenas como ausência de crime, mas como presença de direitos, infraestruturas e possibilidades de vida digna.

Diante desse quadro, torna-se fundamental repensar modelos de policiamento que reproduzem desigualdades estruturais. Chiziane (2020) e Nhancale (2019) defendem a necessidade de fortalecer o policiamento comunitário, promover transparência institucional e integrar políticas sociais que tratem as raízes profundas da violência urbana. A construção de cidades mais seguras requer o reconhecimento de que a segurança depende também da inclusão social, da justiça espacial e da democratização das relações entre Estado e cidadãos.

Assim, a regulação da sociedade urbana em Moçambique deve ser compreendida como uma prática complexa, que articula dispositivos estatais e comunitários, tecnologias contemporâneas e heranças coloniais, discursos midiáticos e experiências quotidianas. O desafio consiste em promover uma governação urbana

que garanta proteção sem reproduzir desigualdades, e que reconheça a diversidade social como componente essencial da construção de cidades mais justas.

Arte pública e produção simbólica da cidade de Quelimane

O espaço urbano em Quelimane configura-se como um terreno fértil para a produção simbólica por meio da arte pública, que atua não apenas como ornamentação, mas também como forma de expressão da identidade coletiva e da memória cultural da cidade. Costa (2013, p. 45) observa que a arte moçambicana constitui-se não apenas como expressão estética, mas também como parte dos esforços de afirmação de uma identidade nacional pós-independência, evidenciando o papel simbólico da produção artística na construção da cidade. Nesse contexto, Meigos (2016, p. 78) complementa que a prática artística moçambicana pós-colonial revela tensões entre tradição estética ocidental e a agência dos artistas africanos, indicando que o contexto local molda as formas de expressão artística, reforçando que a urbanidade e o território urbano influenciam diretamente a configuração da arte pública. Experiências em outros contextos africanos, como em Douala, mostram que intervenções de arte pública, incluindo esculturas, murais e instalações urbanas, transformaram o espaço urbano, conectando arte, comunidade e identidade local, evidenciando como a arte pública pode reconfigurar a cidade e sugerindo caminhos metodológicos para análise de cidades como Quelimane (Public art in Africa, 2017, p. 112).

Diouf e Fredericks (2014, p. 59) destacam que as “artes da cidadania” nas múltiplas expressões urbanas ajudam a forjar espaços de pertença e redefinem a vivência da cidade em contextos africanos, fundamentando a compreensão do espaço urbano como território de produção simbólica e de pertencimento social. Jenkins (2013, p. 23) acrescenta que a urbanização desenha formas particulares de ocupação e sociabilidades urbanas, panorama que pode servir de analogia à transformação espacial e social em cidades moçambicanas como Quelimane, revelando o entrelaçamento entre espaço físico, uso social e significado simbólico.

Observa-se ainda que a pluralidade de gerações e modernidades em Moçambique evidencia um tecido artístico diverso, sugerindo que a produção simbólica urbana poderia se apropriar dessa diversidade para refletir identidades

locais (Artistas em Moçambique, 2022, p. 34). Registros recentes indicam que formas de arte pública e simbólica estão ativas no país e podem servir de referência para analisar contextos urbanos como o de Quelimane (Maputo street art, 2023, p. 11), destacando a cidade como espaço de experimentação simbólica contínua.

A literatura brasileira reforça essa perspectiva de articulação entre arte urbana e identidade social, destacando que intervenções artísticas em espaços urbanos funcionam como mediadoras entre memória coletiva e apropriação do espaço, fortalecendo comunidades periféricas e identidades locais (Araújo, 2018, p. 57).

Castro (2020, p. 89) observa que murais e demais práticas de arte urbana no Brasil geram dinâmicas de sociabilidade e pertencimento, criando paralelos com experiências africanas e moçambicanas, enquanto Pereira e Silva (2019, p. 112) afirmam que a produção simbólica em espaços públicos cria um diálogo constante entre tradição, modernidade e memória urbana, permitindo que o espaço físico seja re-significado pelas comunidades locais. A convergência das experiências moçambicana, africana e brasileira evidencia que a arte pública transcende a dimensão estética, atuando como elemento central na construção de identidade, memória coletiva e pertencimento social, apontando para a necessidade de políticas urbanas que reconheçam e valorizem a diversidade cultural e simbólica nas cidades contemporâneas.

Ordenamento Urbano e governação do espaço

O ordenamento urbano e a governança do espaço constituem dimensões essenciais para o desenvolvimento das cidades contemporâneas, refletindo-se na organização física, social e econômica do espaço urbano. Em Moçambique, o crescimento acelerado das cidades, associado a processos de urbanização informal, tem gerado desafios significativos para a gestão territorial e a implementação de políticas urbanas eficazes. Municípios como Maputo, Beira e Quelimane apresentam expansão periférica intensa, marcada pela ocupação irregular do solo, *déficit* habitacional e fragilidade da infraestrutura urbana (Munguambe, 2023). Estes fenômenos evidenciam lacunas institucionais e limitam a capacidade de ordenamento e governança do espaço, afetando diretamente a qualidade de vida das populações urbanas.

Segundo Nhantumbo (2019), o planejamento urbano deve integrar dimensões físicas, sociais e econômicas, promovendo cidades inclusivas, equitativas e sustentáveis. A governança do espaço envolve, portanto, múltiplos atores, incluindo governos locais, empresas privadas e organizações comunitárias, demandando mecanismos eficazes de coordenação e participação cidadã. A inclusão da sociedade civil nos processos de planejamento urbano fortalece a legitimidade das decisões e reduz conflitos sobre o uso do solo (Cidade, 2018).

A experiência africana mostra que a urbanização rápida frequentemente intensifica desigualdades socioespaciais e consolida áreas de informalidade, sendo necessário o desenvolvimento de políticas de ordenamento urbano que promovam justiça territorial e inclusão social (Paredes, 2017). Em Moçambique, a implementação de planos diretores municipais, regulamentos de construção e políticas de regularização fundiária constitui uma tentativa de harmonizar o crescimento urbano com critérios de sustentabilidade e segurança urbana (Chopera, 2021). Contudo, a eficácia dessas iniciativas é frequentemente limitada pela falta de recursos financeiros, insuficiência de pessoal técnico e fragilidade na fiscalização.

Em Maputo, por exemplo, a expansão de bairros periféricos como Chamanculo, Mafalala e Hulene ilustra a necessidade de políticas de ordenamento urbano que conciliem crescimento demográfico, acessibilidade, infraestrutura e preservação ambiental. Estudos indicam que, sem planejamento adequado, essas áreas tornam-se vulneráveis a desastres naturais, como inundações, devido à ocupação irregular de várzeas e margens de rios (Nhantumbo, 2019). Similarmente, em Beira e Quelimane, a expansão urbana rápida, aliada a eventos climáticos extremos, tem evidenciado a fragilidade das estratégias de governança territorial, reforçando a urgência de políticas integradas de ordenamento e gestão do espaço urbano.

A tecnologia desempenha papel estratégico na governança urbana. Sistemas de Informação Geográfica (SIG), mapeamento digital e sensores urbanos permitem monitorar o uso do solo, identificar áreas de risco, planejar expansão urbana e avaliar impactos ambientais (Gomes; Menezes, 2019). Tomé (2022) destaca que a integração de dados geoespaciais com informações socioeconômicas possibilita decisões baseadas em evidências, maior eficiência na gestão urbana e planejamento participativo. Em Moçambique, projetos-piloto em Maputo e Beira têm utilizado SIG

para monitorar ocupações irregulares, planejar infraestrutura básica e criar mapas de risco para prevenção de desastres naturais.

A participação social na governança urbana se mostra igualmente relevante. Rocha e Silva (2020) apontam que a inclusão das comunidades na definição de políticas urbanas contribui para soluções mais adequadas às necessidades locais, aumenta a transparência e fortalece a confiança entre autoridades e cidadãos. Em Quelimane, experiências de planejamento participativo em bairros periféricos resultaram em melhorias na infraestrutura urbana, regulação do uso do solo e maior engajamento comunitário, demonstrando que a governança colaborativa é um instrumento efetivo para enfrentar os desafios do ordenamento urbano (Chopera, 2021). Além disso, a governança do espaço urbano está intimamente ligada à sustentabilidade ambiental e à resiliência urbana. A expansão desordenada e a ocupação de áreas de risco aumentam a vulnerabilidade das cidades a desastres naturais, como inundações, ciclones e deslizamentos de terra. Políticas de ordenamento urbano precisam considerar o equilíbrio entre habitação, comércio, transporte, áreas verdes e infraestrutura social, garantindo a coesão territorial e reduzindo desigualdades (Paredes, 2017).

Projetos de requalificação urbana em Maputo, como a reorganização de zonas de comércio informal e melhorias em infraestruturas básicas, exemplificam a importância de estratégias integradas para promover cidades resilientes e sustentáveis.

A governança do espaço urbano também requer articulação entre diferentes níveis de governo. A descentralização administrativa em Moçambique tem buscado fortalecer a capacidade das autarquias municipais na implementação de políticas urbanas, mas a efetividade depende da coordenação entre órgãos nacionais, municipais e atores privados, bem como da disponibilidade de recursos e tecnologia (Cidade, 2018). A integração de políticas de mobilidade urbana, saneamento, habitação e meio ambiente constitui um desafio contínuo, exigindo planejamento estratégico e capacidade de gestão adaptativa.

Em síntese, o ordenamento urbano e a governança do espaço em Moçambique demandam abordagens multidimensionais, articulando planejamento físico, participação social, tecnologias de gestão e políticas de sustentabilidade. A experiência das cidades de Maputo, Beira e Quelimane evidencia que a efetividade

dessas políticas depende da capacidade de implementação, fiscalização, engajamento comunitário e uso estratégico de ferramentas digitais. O fortalecimento da governança urbana implica, portanto, a integração de múltiplos atores, instrumentos de planejamento robustos, políticas de inclusão social e tecnologias de monitoramento, visando consolidar cidades mais equitativas, resilientes e sustentáveis (Munguambe, 2023; Nhantumbo, 2019; Gomes; Menezes, 2019; Tomé, 2022).

Tecnologia de poder e mediação da visibilidade

A mediação da visibilidade nas cidades como Quelimane constitui uma dimensão central na análise das tecnologias de poder, refletindo a forma como o espaço urbano é organizado, controlado e simbolicamente produzido. A implantação de câmeras de vigilância e sistemas de monitoramento eletrônico não apenas registra comportamentos urbanos, mas também cria subjetividades específicas, moldando a percepção de segurança e disciplina (Foucault, 1987; Deleuze, 1992). Segundo Foucault (1987), a vigilância atua como tecnologia disciplinar, tornando visíveis certos comportamentos enquanto invisibiliza outros, operando de maneira a normalizar condutas e estabelecer relações assimétricas de poder no cotidiano urbano.

No contexto africano, e particularmente em Moçambique, a mediação da visibilidade atravessa múltiplas dimensões, englobando policiamento, ordenamento urbano e arte pública. Estudos recentes evidenciam que as cidades moçambicanas são permeadas por dispositivos que interagem com a experiência do cidadão, regulando o espaço e influenciando práticas sociais (Chichava; Mandlate, 2021; Matsinhe; Valoi, 2021). Nesse sentido, a visibilidade urbana não se restringe à função de segurança, mas se expande para a produção de sentido social e cultural, constituindo instrumentos de poder que orientam comportamentos, definem limites e reforçam hierarquias.

A tecnologia de poder também se manifesta de forma simbólica, especialmente através da arte pública e da estética urbana. Intervenções artísticas, murais e instalações urbanas, embora frequentemente percebidas como expressão estética ou cultural, cumprem simultaneamente funções de mediação visual e social, influenciando percepções e codificando normas (Morier-Genoud, 2019; Munguambe,

2023). Ao integrar tecnologia, arte e controle social, a cidade transforma-se em um espaço de visibilidade regulada, onde as dimensões física e simbólica interagem, moldando experiências urbanas e subjetividades coletivas (Foucault, 1977; Deleuze, 1992).

A mediação da visibilidade, portanto, deve ser compreendida em sua complexidade, envolvendo tecnologias digitais, políticas de segurança, práticas culturais e simbólicas. A implementação de câmeras, sistemas de iluminação, sinalização urbana e plataformas digitais de monitoramento cria um ecossistema de controle que combina vigilância direta e indireta, promovendo a governabilidade do espaço urbano. Em Moçambique, essas práticas refletem processos históricos e sociopolíticos que influenciam a organização das cidades e a interação social, evidenciando a articulação entre tecnologia, poder e visibilidade (Chichava; Mandlate, 2021; Munguambe, 2023).

Dessa forma, a tecnologia de poder atua como mediadora da visibilidade ao mesmo tempo em que interage com a cultura, a política e a subjetividade urbana, estabelecendo um diálogo constante entre controle, percepção e experiência social. Esse fenômeno ressalta a necessidade de compreender a cidade não apenas como espaço físico, mas como dispositivo sociotécnico, onde tecnologias materiais e simbólicas se entrelaçam para moldar relações de poder, normas sociais e a própria percepção do espaço público (Foucault, 1977; Deleuze, 1992; Matsinhe; Valoi, 2021; Morier-Genoud, 2019).

A análise dessas tecnologias de visibilidade evidencia ainda como a gestão urbana e a regulação social dependem de processos de mediação que integram o controle físico, simbólico e comunicacional, consolidando a cidade como palco e instrumento de exercício do poder. A compreensão das tecnologias de poder na urbanidade moçambicana permite identificar a intersecção entre vigilância, arte, ordenamento e governabilidade, oferecendo elementos teóricos e empíricos para a reflexão sobre a modernidade, a sociabilidade e a ética do controle urbano (Chichava; Mandlate, 2021; Munguambe, 2023).

Considerações Finais

Este estudo permitiu aprofundar a compreensão de como a visibilidade e a socialidade urbana na cidade de Quelimane são produzidas e reguladas por um conjunto articulado de dispositivos sociotécnicos, institucionais e simbólicos. Ao analisar de forma integrada as câmeras de vigilância, o policiamento urbano, a arte pública, o ordenamento territorial e as tecnologias de poder, evidenciou-se que esses elementos não operam de maneira isolada, mas constituem um sistema complexo de mediação da vida urbana, capaz de moldar comportamentos, percepções, usos do espaço e formas de pertença social. A cidade revelou-se, assim, não apenas como um espaço físico de circulação e habitação, mas como um campo ativo de produção de sentidos, hierarquias e relações de poder.

A análise demonstrou que as tecnologias de vigilância e os dispositivos de policiamento, frequentemente legitimados por discursos de segurança, modernização e eficiência administrativa, tendem a produzir regimes diferenciados de visibilidade. Certos territórios e grupos sociais tornam-se mais expostos ao controle e à vigilância, enquanto outros permanecem relativamente invisibilizados ou protegidos, reforçando desigualdades socioespaciais historicamente construídas. Nesse contexto, a visibilidade urbana assume um papel central na governação da cidade, funcionando como mecanismo de ordenação social que regula quem pode ocupar, circular e permanecer em determinados espaços urbanos.

Paralelamente, a arte pública mostrou-se um elemento ambíguo e estratégico na produção simbólica de Quelimane. Por um lado, contribui para a afirmação de identidades locais, para a valorização da memória coletiva e para a construção de sentidos de pertença e cidadania. Por outro, quando integrada a políticas urbanas pouco participativas, pode também ser instrumentalizada como dispositivo de normalização estética e de legitimação de projetos de ordenamento que nem sempre contemplam a diversidade social e cultural da cidade. A arte pública, portanto, emerge como um campo de disputa simbólica, no qual se entrecruzam expressões culturais, interesses institucionais e práticas de apropriação do espaço urbano.

No que se refere ao ordenamento urbano, o estudo evidenciou que as políticas de planejamento e governação do espaço, embora fundamentais para a organização e sustentabilidade da cidade, enfrentam limitações significativas no contexto de

Quelimane. A expansão urbana acelerada, a informalidade territorial, a vulnerabilidade ambiental e as fragilidades institucionais condicionam a eficácia dessas políticas, gerando tensões entre normatividade formal e práticas quotidianas de uso do espaço. Observou-se que, quando dissociado de mecanismos efetivos de participação social e de reconhecimento das dinâmicas locais, o ordenamento urbano tende a reproduzir exclusões e conflitos, em vez de promover inclusão e justiça espacial.

Dessa forma, os resultados alcançados permitem afirmar que o objetivo do estudo foi plenamente atendido, uma vez que se conseguiu analisar criticamente as relações entre visibilidade urbana, socialidade e tecnologias de poder na cidade de Quelimane. A pesquisa demonstrou que a governação urbana contemporânea se estrutura a partir da articulação entre controle tecnológico, regulação institucional e produção simbólica, produzindo efeitos diretos sobre a experiência urbana, a cidadania e as formas de convivência social. A cidade emerge como um espaço atravessado por múltiplas racionalidades de poder, onde práticas formais e informais coexistem, se complementam e, por vezes, entram em conflito.

Como continuidade deste trabalho, recomenda-se o aprofundamento de estudos empíricos de carácter etnográfico que permitam compreender, a partir da perspectiva dos moradores, os impactos quotidianos dos regimes de vigilância e das políticas de policiamento, sobretudo em bairros periféricos. Sugere-se igualmente investigar de forma mais sistemática a recepção social da arte pública e sua relação com identidades locais, juventudes urbanas e práticas culturais emergentes. Outra possibilidade relevante consiste em explorar o potencial das tecnologias digitais para a promoção da participação cidadã e da transparência na governação urbana, avaliando simultaneamente os riscos associados à intensificação do controle e da vigilância seletiva. Estudos comparativos entre Quelimane e outras cidades moçambicanas também poderiam contribuir para ampliar a compreensão das especificidades e padrões comuns da urbanidade no país.

Conclui-se, portanto, que a visibilidade e a socialidade urbana em Quelimane constituem processos dinâmicos, marcados por disputas, negociações e assimetrias de poder. Compreender essas dinâmicas é fundamental para a construção de políticas urbanas mais inclusivas, éticas e sensíveis às realidades socioculturais locais, capazes de conciliar segurança, ordenamento, expressão cultural e direito à cidade. A reflexão desenvolvida neste estudo reforça a necessidade de pensar a cidade como

um espaço vivo, plural e político, no qual a gestão da visibilidade e do poder deve estar comprometida com a justiça social e a democratização do espaço urbano.

Referências

ADAM, Y. **Moçambique: a invenção da nação**. Maputo: Imprensa Universitária, 2006.

ARAÚJO, E. **Dinâmicas comunitárias e governação local em Moçambique**. Maputo: IESE, 2019.

ARAÚJO, L. **Arte urbana e memória coletiva nas cidades brasileiras**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2018.

ARTISTAS EM MOÇAMBIQUE. **Artistas e produção simbólica urbana em Moçambique**. Maputo: Instituto de Estudos Africanos, 2022.

BALOGUN, A. O. **Smart cities and digital surveillance in Africa**. Nairobi: African Digital Rights Forum, 2020.

BATE, C. **Juventude, Media e Representações da Violência Urbana**. Maputo: UEM, 2020.

BILA, S. **Governança urbana e participação cidadã em Moçambique**. Maputo: Escolar Editora, 2020.

BRITO, Luís de. **Poder local, espaço urbano e desigualdades em Moçambique**. Maputo: IESE, 2014.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

CANO, I. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2020.

CASIMIRO, I. **Gênero, cidadania e sociabilidades urbanas**. Maputo: WLSA, 2015.

CASTELO, C. **O modo português de estar no mundo**. Porto: Afrontamento, 2010.

CASTRO, M. **Murais e sociabilidade urbana: intervenções artísticas e pertencimento social**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

CHABAL, P; DALOZ, Jean-Pascal. **Africa Works: Disorder as Political Instrument**. Oxford: James Currey, 1999.

CHICHAVA, S.; MANDLATE, C. **Religião, Juventude e Radicalização no Norte de Moçambique**. Maputo: MediaFax, 2021.

CHIZIANE, P. **O Caminho das Reformas Sociais em Moçambique**. Maputo: Ndjira, 2020.

CHOPERA, J. **Planejamento urbano e gestão do território em Moçambique**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2021.

CIDADE, A. **Governança urbana e participação social: desafios e oportunidades nas cidades africanas**. Lisboa: Imprensa Universitária, 2018.

COSTA, A. **A arte moçambicana e a afirmação da identidade nacional pós-independência**. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, 2013.

DELEUZE, G. **Pós-escritos sobre o cinema**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1992.

DIOUF, M; FREDERICKS, R. **Urban arts and citizenship in African cities**. Dakar: CODESRIA, 2014.

ESCOLA PROFISSIONAL DE MOÇAMBIQUE (EPM). **Política de utilização de CCTV**. Maputo: EPM, 2024.

FERNANDES, W. L. A videovigilância na segurança pública de Recife: desafios e perspectivas. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, Recife, v. 17, n. 3, 2023.

FORQUILHA, S. **Governança urbana e participação cidadã em Moçambique**. Maputo: IESE, 2018.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FRANZE, J; MALOA, J. M. Como fortalecer a segurança pública em Moçambique com o uso de câmeras de vigilância. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 14, n. 2, 2022.

FUMO, J. **Autoridade comunitária e mediação de conflitos**. Beira: Sofala Editora, 2011.

GOMES, L; MENEZES. **Tecnologias de informação geoespacial no planejamento urbano**. São Paulo: Editora Pioneira, 2019.

HARBER, C. **Education, Democracy and Development**. Oxford: Symposium Books, 2011.

HOCTOR, S. **Regulation of the use of CCTV as a crime prevention tool**. *Obiter*, Port Elizabeth, v. 26, n. 1, 2005.

JENKINS, P. **Urbanization, Urbanism and Urbanity in an African City: Home Spaces and House Cultures**. London: Palgrave Macmillan, 2013.

MACAMO, E. **Modernidade, tradição e governança em África**. Maputo: UEM, 2012.

MAPUTO STREET ART. **Arte urbana em Moçambique: registros e experiências contemporâneas**. Maputo: MediaFax, 2023.

MARQUES, A. **Visualidades urbanas e práticas de vigilância no contexto brasileiro**. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

MATSINHE, D; VALOI, E. **Cabo Delgado: a história por trás da guerra**. Maputo: MediaFax, 2021.

MATAVELE, N. **Segurança urbana e políticas públicas em Moçambique**. Maputo: Plural, 2020.

MEIGOS, R. **Expressões artísticas pós-coloniais em Moçambique: tensões entre tradição e modernidade**. Maputo: Ed. Universitária, 2016.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 Edições, 2011.

MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul e modos de governação**. Maputo: CODESRIA, 2015.

MORIER-GENOUD, E. **The Roots of the Insurgency in Cabo Delgado**. London: Zed Books, 2019.

MUNGUAMBE, A. **Inteligência Estratégica e Reformas do Setor de Segurança em Moçambique**. Maputo: Plural Editores, 2023.

MUNGUAMBE, A. **Inteligência estratégica e reformas do setor de segurança em Moçambique**. Maputo: Plural Editores, 2023.

NHANCALE, C. **Policiamento comunitário e cidadania**. Maputo: ARPAC, 2019.

NHANTUMBO, M. **Planejamento urbano inclusivo e sustentabilidade nas cidades africanas**. Maputo: Editora Universitária, 2019.

NHANTUMBO, A. **Urbanização e desafios do crescimento urbano em Moçambique**. Maputo: CIEDIMA, 2018.

NHANTUMBO, D. **Crime, Juventude e Representações Urbanas em Maputo**. Maputo: Escolar Editora, 2017.

NYABOLA, N. **Digital Democracy, Analogue Politics: How the Internet Era is Transforming Kenya**. London: Zed Books, 2018.

OMOTOSO, T. **CCTV and policing in urban Nigeria: successes and contradictions.** Lagos: Centre for Urban Studies, 2019.

PAREDES, R. **Urbanização e segregação socioespacial na África contemporânea.** Luanda: Centro de Estudos Urbanos, 2017.

PEDRO, R. M. L. R. **Dispositivos de vigilância e a produção do espaço urbano.** São Paulo: Annablume, 2019.

PEREIRA, F.; SILVA, R. **Produção simbólica em espaços urbanos: tradição, modernidade e memória.** Belo Horizonte: UFMG, 2019.

PUBLIC ART IN AFRICA. **Public interventions and urban identity: case studies from Douala and beyond.** Cape Town: African Arts Press, 2017.

ROCHA, T.; SILVA, P. **Participação comunitária e ordenamento urbano.** Rio de Janeiro: FGV, 2020.

SERRA, C. **Sociologia e espaço urbano em Moçambique.** Maputo: Livraria Universitária, 2008.

SITOE, L. **Urbanização e Desigualdades Sociais em Moçambique.** Maputo: Texto Editores, 2013.

SOUTH AFRICAN INSTITUTE OF INTERNATIONAL AFFAIRS (SAIIA). **The City Surveillance State: Inside Johannesburg's Safe City Initiative.** Johannesburg: SAIIA, 2021.

TOMÉ, F. **Sistemas de informação geográfica aplicados à governança urbana.** Maputo: Universidade Politécnica, 2022.

Recebido: 24/12/2025
Aprovado: 23/03/2026